

Diário do Acionista

ANO V • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Sexta-feira, 3 de dezembro de 2021 • Nº 1204 • R\$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

Cardeal Tempesta

Eu sou a voz que clama no deserto

PÁGINA 4

COVID-19

Prefeitura de São Paulo cancela Réveillon

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes, informou ontem que a tradicional festa de réveillon realizada na Avenida Paulista será cancelada. "O que pesou muito foi a questão da nova variante Ômicron", disse. O anúncio foi feito em coletiva de imprensa em Nova York. A cidade de São Paulo decidiu também pela continuidade da obrigatoriedade do uso de máscaras em ambiente aberto. Segundo o prefeito, um estudo realizado pela Vigilância Sanitária municipal

analisou os efeitos da chegada da nova variante na cidade e estabeleceu que o momento atual é de cautela. O governo do estado de São Paulo optou pela mesma decisão em relação às máscaras. Com relação ao carnaval, o prefeito disse que haverá tempo para a melhor tomada de decisão. O governo de São Paulo anunciou ontem que vai reduzir de cinco para quatro meses o intervalo da dose de reforço da vacina contra Covid. **PÁGINA 4**

SANEAMENTO

STF valida marco legal e privatização da água avança

O STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu ontem validar o novo marco legal do saneamento, que facilita a implementação de privatizações no setor. O placar foi 7 a 3. Os ministros Luiz Fux, Alexandre de Moraes, Luís Roberto Barroso, Cármen Lúcia, Dias Toffoli, Gilmar Mendes e Kassio Nunes Marques votaram para manter a legislação aprovada pelo Congresso em 2020. Os ministros Edson Fachin, Ricardo Lewandowski e Rosa Weber, por sua vez, divergiram parcialmente e defenderam a manutenção da regra anterior à lei que permitia que estados e municípios fizessem os chamados contratos de programa. O instrumento autorizava que prefeituras contratassem o serviço de água e esgoto sem licitação. **PÁGINA 2**

STF

Bolsonaro mantém seus indicados sob pressão

O presidente Jair Bolsonaro (PL) disse ontem que os dois nomes indicados por ele ao STF (Supremo Tribunal Federal), Kassio Nunes Marques e André Mendonça, representam 20% do que gostariam de ver decidido na corte. "Não mando nos dois votos do Supremo, mas são dois ministros que representam, em tese, 20% daquilo que gostaríamos que fosse decidido e votado no STF", disse Bolsonaro, durante cerimônia do lançamento do auxílio-gás no Palácio do Planalto. Em novembro, o chefe do Executivo disse que tinha 10% dele dentro do STF devido à presença do ministro Kassio. O Supremo é composto por 11 integrantes - Mendonça ocupará a vaga de Marco Aurélio. **PÁGINA 5**

IBGE

PIB cai 0,1% no 3º trimestre e reforça quadro de estagnação



IBGE

A economia brasileira recuou 0,1% no terceiro trimestre de 2021, frente aos três meses imediatamente anteriores, apontam dados do PIB (Produto Interno Bruto). O resultado foi divulgado ontem pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). O número veio um pouco abaixo das expectativas do mercado financeiro. Analistas consultados pela agência Bloomberg projetavam variação nula (0%). Esta é a segunda baixa consecutiva do indicador, o que renova os sinais de estagnação da atividade econômica. No segundo trimestre, a queda do PIB foi revisada de 0,1% para 0,4%. Na avaliação do IBGE, variações próximas a 0% sinalizam que a economia atravessa período de estabilidade. "A gente considera (o quadro) estável", disse a coordenadora de Contas Nacionais do IBGE, Rebeca Palis (foto). O desempenho fraco ocorre em um contexto de escalada da inflação, juros mais altos e fragilidades no mercado de trabalho, que dificultam a recuperação da atividade econômica. Conforme o IBGE, o PIB está em patamar similar ao registrado entre o fim de 2019 e o início de 2020, período pré-pandemia. Por outro lado, encontra-se 3,4% abaixo do ponto mais alto da série histórica, alcançado no primeiro trimestre de 2014. **PÁGINA 3**

NEGACIONISMO



ABRASIL

Bolsonaro agora ataca exigência de passaporte de vacina

O presidente Jair Bolsonaro (PL) (foto) disse ontem que órgãos que cobram apresentação de certificado da vacinação contra a Covid estão "extrapolando". "Entendo que aquelas autoridades, outras, que estão exigindo passaporte vacinal, calcadas numa lei de fevereiro do ano passado, onde não existia vacina ainda, estão extrapolando", disse o presidente em evento no Palácio do Planalto. Bolsonaro não citou nomes dos órgãos que estão cobrando a vacinação. Alguns prefeitos e governadores fazem essa exigência para liberar a entrada em locais fechados, shows e outros eventos. A lei mencionada pelo presidente é a 13.979/2020, que determina que o governo pode adotar medidas restritivas em resposta à pandemia, como a vacinação e o controle de entrada de viajantes. **PÁGINA 5**

INDICADORES

IBOVESPA: 3,66% / 104.466,24 / 3.691,67 / Volume: 35.807.561.581 / Quantidade: 5.038.166						Bolsas no mundo			Salário mínimo	R\$ 1.100,00	IGP-M	0,02% (nov.)	EURO turismo													
Maiores Altas			Maiores Baixas			Mais Negociadas			Fechamento			Ufir	R\$ 3,7053	IPCA 5	1,03% (out.)	Compra: 6,4793	Venda: 6,6593									
Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Dow Jones	34.639,79	+1,82	NASDAQ Composite	15.381,319	+0,83	Euro STOXX 50	4.114,07	-1,53	CAC 40	6.795,75	-1,25	FTSE 100	7.129,21	-0,55	DAX	15.263,11	-1,35
BRASKEM PNA N1	57,80	+9,51	+5,02	AMERICANAS ON NM	27,44	-3,00	-0,85	PETROBRAS PN EDJ N2	28,36	+7,31	+1,93															
SID NACIONALON	23,57	+9,17	+1,98	BANCO INTER UNT N2	32,99	-1,35	-0,45	VALE ON NM	73,49	+4,64	+3,26															
JHSF PART ON NM	5,02	+8,42	+0,39	GRUPO SOMA ON NM	12,66	-2,09	-0,27	PETROBRAS ON EDJ N2	29,52	+8,63	+2,34															
SABESP ON NM	36,70	+8,07	+2,74	PETZ ON NM	18,08	-2,01	-0,37	BRADESCO PN EJ N1	20,82	+4,99	+0,99															
PETROBRAS ON EDJ N2	29,52	+8,63	+2,34	LOJAS AMERICPN N1	4,97	-2,55	-0,13	MAGAZ LUIZA ON NM	6,76	-1,74	-0,12															

DocuSigned by:

AUTÊNTICO
diário do
Acionista
6BF767B5695F4B6...

03-dez-21 | 5:06 AM BRT

DS

AUTENTICIDADE GARANTIDA
ao fazer o download em nosso site
www.diariodoacionista.com.br

MERCADOS



Bolsa fecha com forte alta após aprovação da PEC dos Precatórios

CLAYTON CASTELANI/FOLHAPRESS

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) apresentou forte recuperação ontem após a aprovação no Senado do texto-base da PEC (proposta de emenda à Constituição) dos Precatórios. O projeto precisará ser novamente votado na Câmara porque foi modificado pelos senadores.

O Ibovespa (Índice Bovespa), referência para o mercado acionário do país, subiu 3,66%, a 104.466 pontos. O dólar recuou 0,21%, a R\$ 5,659. Na véspera, dúvidas sobre a aprovação da emenda contribuíram para que o índice caísse à sua pior pontuação em um ano.

Os papéis mais negociados do mercado brasileiro tiveram ganhos expressivos após a votação do texto, com destaque para Petrobras (8,63%), Vale (4,02%) e Bradesco (4,39%).

A Petrobras também foi impulsionada pela alta do petróleo, com o barril do Brent subindo 1,64%, a US\$ 70,00 (R\$ 394,37).

Os índices Dow Jones, S&P 500 e Nasdaq subiram 1,82%, 1,42% e 0,83%, respectivamente.

Números sobre uma desaceleração nos pedidos de auxílio-desemprego animaram investidores sobre a recuperação econômica do país.

Na Europa, porém, preocupações sobre o avanço da variante Ômicron derrubaram os mercados. As bolsas de Londres, Paris e Frankfurt caíram 0,55%, 1,25% e 1,35%, respectivamente.

Os mercados asiáticos fecharam mistos. A Bolsa de Tóquio caiu 0,65% após a decisão do governo de fechar o país para barrar a entrada da variante Ômicron. Já os índices de Hong Kong e Xangai/Shenzhen subiram 0,55% e 0,25%.

SANEAMENTO

STF valida marco legal e libera privatização da água

MATHEUS TEIXEIRA/FOLHAPRESS

O STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu ontem validar o novo marco legal do saneamento, que facilita a implementação de privatizações no setor.

O placar foi 7 a 3. Os ministros Luiz Fux, Alexandre de Moraes, Luís Roberto Barroso, Cármen Lúcia, Dias Toffoli, Gilmar Mendes e Kassio Nunes Marques votaram para manter a legislação aprovada pelo Congresso em 2020.

Os ministros Edson Fachin, Ricardo Lewandowski e Rosa Weber, por sua vez, divergiram parcialmente e defenderam a manutenção da regra anterior à lei que permitia que estados e municípios firmassem os chamados contratos de programa.

O instrumento autorizava que prefeituras contratassem o serviço de água e esgoto de em-

presas estatais sem a necessidade de processo licitatório.

Como eles ficaram vencidos, o corte validou a regra prevista na lei que determina que os municípios só podem contratar esse tipo de serviço via licitação. Com isso, defensores da proposta no Congresso e também no governo afirmam que haverá uma injeção de dinheiro da iniciativa privada no setor que permitirá a ampliação dos serviços.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, por exemplo, já chegou a afirmar que a nova lei pode gerar de R\$ 600 bilhões a R\$ 700 bilhões em investimentos.

No Supremo, prevaleceu o voto do relator, Luiz Fux. O ministro criticou os dados relativos ao saneamento no país. Segundo o SNIS (Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento), em 2019, 96,5 milhões de pessoas não tinham o esgoto recolhido em casa - isso

representava 45,9% da população brasileira.

Além disso, apesar de 54,1% da população do país estar ligada a uma rede, o volume efetivamente tratado, de todo o esgoto gerado, ainda é baixo: 49,1%.

Fux enalteceu a ideia de vetar a possibilidade de municípios contratarem o serviço de estações sem realização de licitação.

"A exclusão do contrato de programa representa uma afetação proporcional à autonomia negocial dos Municípios, em prol da realização de objetivos setoriais igualmente legítimos. Essa proibição ocorre pari passu a opção legislativa pela delegação sob o modelo de concessão."

Barroso seguiu a mesma linha, citou a necessidade de "superar dogmas ideológicos" e disse que ser "progressista" é optar pela escolha que permita a universalização do sistema.

"Penso que o investimento

privado em saneamento básico deve ser uma mudança de paradigma. Investimento privado com concorrência, porque precisamos enfrentar a cultura de falso capitalismo em que existe reserva de mercado e financiamento público para tudo", afirmou.

Fachin, porém, divergiu e disse que o novo modelo viola a autonomia dos entes da federação. "Não se pode impor contratos de concessão quando a Constituição prevê outros meios. A privatização por si só assegura de antemão a adequada prestação dos serviços públicos", afirmou o ministro.

O texto declarado constitucional pelo STF estabelece, entre outros objetivos, a universalização do saneamento, com coleta de esgoto de 90% da população, e o fornecimento de água potável para 99% da sociedade até 2033.

CNI

Indústrias têm dificuldades para comprar insumo

As dificuldades de abastecimento de insumos e de matérias-primas afetaram em média 68% das empresas das indústrias extrativa e de construção, em outubro de 2021, de acordo com pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (CNI), divulgada ontem.

O percentual é menor do que o de fevereiro deste ano, quando 73% das empresas relataram o problema. "Apesar da ligeira queda, a situação está bastante complicada e mais da metade das indústrias avalia que esse desajuste só terá fim a partir de abril de 2022", informou a CNI.

Segundo a pesquisa, em 18 dos 25 setores da indústria de transformação consultados, mais de dois terços das empresas afirmaram que, mesmo em negociações com o valor acima do habitual, está mais difícil obter os insumos no mercado doméstico.

Esse problema atinge 90% do setor de calçados; 88% das indústrias de couro, 85% dos fabricantes de móveis; 79% da indústria química; 78% do vestuário e 78% das madeireiras, além de 77% das indústrias de equipamentos de informática e produtos eletrônicos e 76% do setor de bebidas, por exemplo.

IMPORTADOS

Entre os setores que dependem de insumos importados, 18 deles também relataram o mesmo problema: a dificuldade de comprar a mercadoria, mesmo que se decida pagar a mais por ela. Os setores mais afetados foram: farmacêuticos (88%), máquinas e materiais elétricos (86%), vestuário (85%), material plástico (84%), limpeza e perfumaria (82%), têxteis (81%) e móveis (80%).

De acordo com o gerente de Análise Econômica da CNI, Marcelo Azevedo, há, pelo menos, três explicações para a fal-

ta de insumos gerada pela crise provocada pela pandemia de covid-19. "Há um buraco na produção industrial que ainda não foi resolvido. A (pesquisa) Sondagem Industrial de outubro mostrou ajuste nos estoques, é uma condição importante, necessária para resolver o problema, mas é um primeiro passo. E esse ajuste ainda precisa se completar para uma série de setores", explicou o economista, em nota.

"Além disso, temos a expansão da demanda global de uma série de produtos, com os países voltando da crise. Esses fatores seguem provocando estresse nas linhas produtivas e a escassez de diversos insumos", completou.

Segundo Marcelo Azevedo, há ainda um outro agravante composto pelo elevado custo da logística, alto preço e baixa qualidade dos contêineres. "Alguns países estão buscando alternativas para esse problema dos insumos, como desenvolver fornecedores locais, mas não é algo que se faça rapidamente nem depende só da ação da vontade, e envolve custos", afirmou.

Construção civil

De acordo com a CNI, na construção civil o problema se agravou entre fevereiro e outubro deste ano. O percentual de construtores que disse ter dificuldade para obter insumo e matéria-prima passou de 72% para 75%.

Diante disso, a expectativa de um cenário de normalização da oferta de insumos é um pouco mais pessimista, em comparação com a indústria geral: 88% acreditam que a normalização de insumos só ocorrerá em 2022 e 9% das empresas esperam que haja normalização apenas em 2023. Nesse segmento, dos 27% que importam insumos, 80% deles sinalizaram dificuldades de acessar matérias-primas importadas.

PRECATÓRIOS

Senado aprova PEC do Calote após governo fazer novas concessões

THIAGO RESENDE E RENATO MACHADO/FOLHAPRESS

Após sucessivos recuos do governo, o plenário do Senado aprovou ontem a PEC (proposta de emenda à Constituição) dos Precatórios. A proposta é o mecanismo do governo para desativar o pagamento do programa social Auxílio Brasil de R\$ 400 a partir de dezembro.

O texto, que dá calote em dívidas judiciais reconhecidas pela Justiça, foi aprovado no primeiro turno por 64 votos a favor e 13 contrários, além de duas abstenções.

Os senadores fizeram um acordo para que a votação em segundo turno se desse na sequência, sendo a proposta novamente aprovada, por 61 votos a favor e 10 contrários, além de uma abstenção. Era necessário o apoio de pelo menos 49 senadores, do total de 81 parlamentares da Casa.

Como houve alteração no texto, a proposta ainda vai precisar tramitar novamente na Câmara dos Deputados. Líderes governistas afirmam que há acordo com o presidente Arthur Lira (PP-AL) para que a votação aconteça com celeridade.

Apesar das concessões feitas pelo governo na negociação com o Senado, os pontos essenciais da proposta foram mantidos.

A PEC dos Precatórios é hoje a principal pauta de interesse do presidente Jair Bolsonaro no Congresso. O objetivo é autorizar o governo a gastar mais e viabilizar a promessa de elevar o valor do Auxílio Brasil numa tentativa de dar impulso a Bolsonaro na campanha à reeleição em 2022.

"Eu tenho que registrar que mais da metade das famílias assistidas pelo Auxílio Brasil estão no Nordeste, que é a região mais pobre do Brasil", afirmou o relator da PEC, Fernando Bezerra

(MDB-PE), que é líder do governo no Senado.

Para ampliar em cerca de R\$ 106 bilhões as despesas do próximo ano, a PEC tem dois pilares.

Uma medida permite um drible no teto de gastos, fazendo um novo cálculo retroativo desse limite. A outra medida cria um valor máximo para o pagamento dos precatórios - as dívidas que não entrarem nessa lista serão adiadas e quitadas em anos posteriores.

Ontem, o governo recuou e atendeu os últimos quatro pontos que foram demandados. Aceitou que o limite para o pagamento de precatórios tenha validade até 2026, e não até 2036 como previa a versão anterior.

Ao reduzir em dez anos o prazo de vigência, a nova versão da PEC não altera os efeitos da proposta no Orçamento de 2022.

Senadores temem que a criação de um teto de pagamento de precatórios vire uma "bola de

neve" e a União passe a acumular uma dívida muito grande no futuro. Por isso, pediram para diminuir o prazo dessa medida.

Apesar do recuo, a OAB mantém a posição de entrar com uma ação no STF (Supremo Tribunal Federal) contra a PEC.

Para o presidente da Comissão de Precatórios da OAB Nacional, Eduardo Gouvêa, a versão aprovada pelo Senado mantém o que ele chama de "confisco de patrimônio privado".

"O governo e o Congresso, em vez de criarem uma fonte de receita permanente para esse gasto (Auxílio Brasil), utilizou os recursos de terceiros, privados, de pessoas físicas e empresas, e se apropriou desse recurso para pagar benefício."

Para conseguir apoio à PEC no Senado, o governo apresentou seis versões do texto. Bezerra afirmou que as alterações na proposta receberam o aval do Executivo.

SÃO PAULO

Vendas do Natal devem garantir alta de 5% no varejo

FLÁVIA ALBUQUERQUE/ABRASIL

O comércio varejista no estado de São Paulo deve crescer 5% em dezembro, de acordo com estimativas da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP). Caso confirme essa projeção, o varejo paulista deve atingir R\$ 91 bilhões em vendas no mês do Natal, R\$ 4,2 bilhões a mais do que em 2020.

Para a FecomercioSP, o principal fator a influenciar nesses números será o pagamento do décimo terceiro salário e seu impacto maior nas

compras de Natal, considerado decisivo pela entidade já que será 57,5% maior que em relação ao registrado no fim de 2020. Também devem interferir nesse índice a maior oferta de crédito, as lojas funcionando normalmente e a maior circulação de consumidores sem restrições devido à pandemia de covid-19.

Segundo a análise da FecomercioSP, com a injeção do 13º salário seguindo os padrões pré-pandemia, R\$ 9,5 bilhões do valor recebido devem ser destinados ao consumo nesta época do ano. São R\$ 3,1 bilhões a mais na economia, o que significa uma

elevação de 47% em relação ao ano anterior, respondendo por 74% do acréscimo mensal previsto de R\$ 4,2 bilhões em relação a dezembro de 2020.

"Dois fatores justificam a maior injeção do décimo salário. Em primeiro lugar, a expressiva expansão do contingente de trabalhadores com carteira assinada e, em segundo, o fato de que os aposentados e pensionistas, além de parcela significativa de empregados do setor privado, no ano passado, receberam a totalidade do pagamento até a metade do ano, a fim de atenuar a queda de renda provocada pela pa-

ralização de vários segmentos produtivos e a elevação do desemprego", analisa a FecomercioSP.

A entidade destacou ainda que mesmo com a expectativa positiva, há fatores que podem influenciar negativamente essa perspectiva, como a forte elevação em curso do nível de endividamento das famílias que, ao lado da inflação e do desemprego altos, provocam redução da massa de renda.

SETORES

Entre as atividades do varejo, o segmento de vestuário é o que deve ter o melhor movimento de vendas no mês, com crescimento estimado de 28%, ante dezembro de 2020, quando mostrou uma retração de 22%, o pior desempenho entre todas na ocasião. Os supermercados (-2%), as farmácias e perfumarias (-3%) e as lojas de móveis e decoração (-5%) devem ser os destaques negativos deste ano.

Diário do
Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

São Paulo

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628-Claro
99539-3634-Vivo

Rua Olímpadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTAS



ACESSE NOSSO SITE

IBGE

PIB cai 0,1% no 3º trimestre e reforça quadro de estagnação

LEONARDO VIECELI E EDUARDO CUCOLO/FOLHAPRESS

A economia brasileira recuou 0,1% no terceiro trimestre de 2021, frente aos três meses imediatamente anteriores, apontam dados do PIB (Produto Interno Bruto). O resultado foi divulgado ontem pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

O número veio um pouco abaixo das expectativas do mercado financeiro. Analistas consultados pela agência Bloomberg projetavam variação nula (0%).

Esta é a segunda baixa consecutiva do indicador, o que renova os sinais de estagnação da atividade econômica. No segun-

do trimestre, a queda do PIB foi revisada de 0,1% para 0,4%.

Na avaliação do IBGE, variações próximas a 0% sinalizam que a economia atravessa período de estabilidade. "A gente considera (o quadro) estável", disse a coordenadora de Contas Nacionais do IBGE, Rebeca Palis.

O desempenho fraco ocorre em um contexto de escalada da inflação, juros mais altos e fragilidades no mercado de trabalho, que dificultam a recuperação da atividade econômica.

Conforme o IBGE, o PIB está em patamar similar ao registrado entre o fim de 2019 e o início de 2020, período pré-pandemia. Por outro lado, encontra-se 3,4% abaixo do ponto mais alto

da série histórica, alcançado no primeiro trimestre de 2014.

Mesmo com a alta de 1,1% no setor de serviços, que responde por cerca de 70% do PIB nacional, o resultado do terceiro trimestre foi puxado para baixo pela queda de 8% na agropecuária e pelo recuo de 9,8% nas exportações de bens e serviços, afirma o IBGE.

A forte retração da agropecuária reflete o fim da safra de soja, que também impactou as exportações. A colheita é mais concentrada nos dois primeiros trimestres do ano. Também houve efeito do clima adverso, que prejudicou o plantio e a produtividade em vários segmentos do agronegócio brasilei-

ro em 2021.

A indústria, por sua vez, ficou estagnada (0%). Segundo o IBGE, as fábricas sentem o encarecimento de insumos na pandemia e os efeitos da crise energética, que eleva os custos de produção.

Em relação ao terceiro trimestre de 2020, o PIB cresceu 4%. Em 12 meses, a alta foi de 3,9%. Já no acumulado deste ano, até setembro, o indicador avançou 5,7%.

Projeções sinalizam que o PIB brasileiro deve fechar o ano de 2021 com crescimento, associado em grande parte à base de comparação deprimida - em 2020, a pandemia causou forte queda do indicador.

Setor de serviços tem crescimento de 1,1% com menos restrições

Em um cenário com menos restrições a atividades econômicas, o setor de serviços, o principal do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro, teve alta de 1,1% no terceiro trimestre de 2021, em relação aos três meses imediatamente anteriores.

O resultado foi divulgado ontem pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Pela ótica da oferta, o setor de serviços responde por cerca de 70% do PIB nacional. Envolve uma grande variedade de negócios, de pequenos comércios a instituições financeiras e de ensino. Também é o principal empregador no país.

Na fase inicial da pandemia, a prestação de serviços sofreu um choque diante das restrições que buscavam frear a disseminação do coronavírus. O impacto ocorreu porque o segmento reúne empresas dependentes do movimento presencial de clientes.

Com o avanço da vacinação contra a Covid-19, as restrições ficaram menores no terceiro trimestre. Isso ajudou o setor a crescer 1,1%, segundo o IBGE.

O avanço foi puxado pelo ramo de outras atividades de serviços (4,4%), que contempla uma série de negócios voltados ao atendimento das famílias.

Fazem parte dessa lista serviços de alimentação, salões de beleza, academias de ginástica, cinemas e galerias de arte, entre outros. Também há serviços direcionados para empresas, como administrativos e de contabilidade.

Apesar da melhora, no entanto, a imunização, o ramo de outras atividades de serviços ainda está abaixo do patamar pré-pandemia. Encontra-se em nível 3,8% inferior ao verificado no quarto trimestre de 2019.

"Tínhamos vários serviços represados, e o avanço da vacinação contribuiu para a reabertura das empresas. Houve

certa migração do consumo de bens para o consumo de serviços", explicou a coordenadora de Contas Nacionais do IBGE, Rebeca Palis.

O comércio, que integra o setor de serviços no cálculo do PIB, ficou no vermelho. Teve retração de 0,4% frente aos três meses imediatamente anteriores.

O economista-chefe de consultoria MB Associados, Sergio Vale, avalia que o setor de serviços teria condições de apresentar uma reação mais forte em um cenário de avanço da vacinação e reabertura dos negócios.

Guedes volta falar em retomada, mas fala vira 'blá-blá-blá' e não gera confiança

FÁBIO PUPO/FOLHAPRESS

O ministro Paulo Guedes (Economia) afirmou ontem que o Brasil está condenado a crescer, mas afirmou que o esforço para combater a inflação vai diminuir o ritmo de expansão.

Ele afirmou que os preços têm subido por fatores como a

desorganização das cadeias produtivas globais e sugeriu que o Banco Central independente vai controlar os preços por meio dos juros.

"O Brasil vai crescer. Vai crescer um pouco menos, porque vamos estar combatendo a inflação", afirmou em evento sobre concessões de aeroportos. "O Brasil está condenado a

crescer, a pergunta é se vai ter um pouco mais ou menos de inflação. E isso vai depender justamente de como é que a gente vai combater essa inflação", disse.

"Decoramos um BC independente, a primeira vez que vamos ter um BC independente na eleição. Isso é uma demonstração de compromisso com o

avanço institucional do país", disse, afirmando também que em governos anteriores o patamar dos juros foi falsificado antes das eleições.

"(A inflação) vai ser dominada, vai ser controlada, vai baixar. E o Brasil vai voltar a crescer", continuou, dizendo que a conversa que dita o contrário é "de maluco".

Estagnação na indústria no terceiro trimestre reforça pessimismo entre empresários

JOANA CUNHA/FOLHAPRESS

O recuo de 0,1% no PIB brasileiro e a estagnação da indústria no terceiro trimestre do ano reforçam o pessimismo entre empresários com a retomada econômica em 2022. Para

José Ricardo Roriz, presidente da Abiplast (Associação Brasileira da Indústria do Plástico), o resultado do terceiro trimestre "já foi". "É improvável que o último trimestre traga um resultado muito acima, a ponto de fazer o

PIB do ano fechar maior do que 4%. Esse desempenho repõe somente o que perdemos na pandemia", diz

Roriz afirma que a estagnação mantém um cenário negativo para a indústria, que ainda enfrenta escassez e aumento de preços das matérias-primas, além de gargalos com fretes internacionais.

Fernando Pimentel, presidente da Abit (Associação Brasileira da Indústria Têxtil), também diz que o resultado do PIB não é bom, mas considera "for-

ção de barra" falar em recessão técnica.

"Estamos sentindo que a Black Friday não foi grande coisa e estamos aguardando o Natal. Tem algumas expectativas favoráveis, mas o país não pode ficar de eleição em eleição paralisando o que tem de ser feito. É um sinal de alerta para os dirigentes", diz.

José Carlos Martins, presidente da CBIC (Câmara Brasileira da Indústria da Construção), esperava um resultado positivo para o PIB Nacional.

O setor da construção avançou 3,9% no terceiro trimestre do ano na comparação com o período anterior e deve alcançar a projeção de crescimento de 5% prevista para 2021, segundo Martins.

João Dornellas, presidente executivo da Abia (da indústria de alimentos), destaca o desempenho do setor no trimestre, que teve alta de 2,8% nas vendas em comparação com o período anterior e de 2,1% ante o mesmo trimestre de 2020.

(BPC). A edição do decreto viabiliza a implantação do benefício a partir deste mês. A lei prevê ainda que o auxílio seja concedido preferencialmente às famílias com mulheres vítimas de violência doméstica que estejam sob o monitoramento de medidas protetivas de urgência. Neste sentido, o decreto define que tal concessão será realizada a partir do acesso a informações do banco de dados mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). As famílias beneficiadas terão direito, a cada bimestre, a um valor equivalente a 50% da média do preço nacional de referência do botijão de 13 quilogramas (kg) dos últimos seis meses. O preço de referência será estabelecido pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

PORTO DE SANTOS

Empresa aciona TCU e fala em omissão de ministério

A disputa por espaço no Porto de Santos ganhou mais um capítulo na segunda-feira com a Bandeirantes Deicmar acionando o TCU (Tribunal de Contas da União) contra a prorrogação do contrato de arrendamento assinado pelo governo com a BTP (Brasil Terminal Portuário).

A ação é mais um imbróglio a ser resolvido pelo Ministério da Infraestrutura para colocar em prática o plano de ocupação da zona portuária defendido pelo ministro Tarcísio de Freitas.

A disputa envolve a definição sobre a divisão de espaços para empresas de fertilizantes, contêineres e a atuação de gigantes da logística.

No documento protocolado no TCU, a empresa afirma que a BTP não cumpre as regras do contrato assinado em 2001 e que houve omissão na fiscaliza-

ção pelo poder público, no caso o ministério da Infraestrutura e a Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários).

De acordo com os argumentos da Deicmar, a BTP por contrato teria obrigação de movimentar granéis líquidos no espaço arrendado, mas passou a operar por meio de contêineres.

"A administração pública foi omissa na fiscalização da avença, dado que a BTP não cumpriu a movimentação mínima contratual de granéis líquidos por três anos consecutivos, o que impõe a adoção de medidas destinadas à rescisão do contrato", diz o documento.

A Bandeirantes pede uma decisão liminar para travar o processo de prorrogação em andamento no ministério da Infraestrutura e, ao final da apuração, o rompimento do contrato do Porto de Santos com a BTP.

Nota

LUIZA TRAJANO É ELEITA UMA DAS MULHERES MAIS INFLUENTES DE 2021 PELO FINANCIAL TIMES

Luiza Trajano, presidente do conselho de administração da Magazine Luiza, foi escolhida umas das 25 mulheres mais influentes de 2021 pelo jornal britânico Financial Times ontem. Ela é a única brasileira a aparecer na lista. Na lista, Trajano é definida como uma das mulheres de negócios e líderes sociais mais notáveis do Brasil, considerada uma inspiração para empreendedores em todos os lugares - mesmo não sendo bem conhecida fora do país, o que, de acordo com o jornal, deveria ser. O trabalho de Trajano em questões sociais envolvendo igualdade de gênero e raça foi destacado. O Financial Times diz que é ainda mais notável por conta da desigualdade social no Brasil, no qual "a elite empresarial costuma ser acusada de viver em uma bolha".

SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTÁCIO DE SA LTDA

CNPJ: 34.075.739/0001-84

Comunicado: A Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda, situada na Rua do Bispo nº83, Rio Comprido/RJ, comunica a transferência de endereço para Rua Morais e Silva nº40, Maracanã/RJ.

REQUERIMENTO DE LICENÇA

Lagra - Fundo de Investimento Imobiliário - CNPJ nº 01.356.517/0001-80 toma público que requereu à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação - SMDEIS, através do processo nº EISPRO-2021/01377, Licença Ambiental Municipal de Instalação para atividade de Estação de Tratamento de Esgoto e Licença Ambiental de Operação para atividade de Estação de Tratamento de Esgoto, Subestações e Geradores, situado na Rodovia Presidente Dutra nº 2749, Pavuna/RJ.

UNIMED-RIO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S/A

CNPJ/ME nº 12.501.467/0001-02 - NIRE 33.3.0029497-0

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

O Presidente do Conselho de Administração da Unimed-Rio Participações e Investimentos S/A, na forma do art. 123 da Lei nº 6.404/76 e do §1º do art. 21 do Estatuto Social da Companhia, convoca os Srs. Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada em 14/12/2021, às 09 horas, em primeira convocação, às 10 horas, em segunda convocação, e às 11 horas, em terceira e última convocação, na sede da acionista majoritária, localizada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Ayrton Senna, nº 2500, Office III, Barra da Tijuca, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro para deliberarem sobre as seguintes matérias: (i) acatar a renúncia de parte dos membros do Conselho Fiscal da Companhia e (ii) eleger os novos membros, efetivos e suplentes, para recomposição do Conselho Fiscal Companhia. O acionista, seu representante legal ou procurador deverá observar as disposições previstas no art. 126 da Lei 6.404/76 e do §3º do art. 21 do Estatuto Social da Companhia para participar da Assembleia Geral Extraordinária. Cumpre informar que todos os protocolos sanitários, bem como as medidas de distanciamento social, referentes à pandemia do COVID-19, serão cumpridos na realização do conclave.

Carlos Jose Bichara Junior

Presidente do Conselho de Administração da Unimed-Rio Participações e Investimentos S/A

Administração de Bens F B Faria Ltda.

CNPJ/ME nº 04.641.886/0001-03

Edital de Convocação

A Sra. Luciana Ribeiro Faria convoca os sócios da Administração de Bens F B Faria Ltda. (a "Sociedade"), nos termos do artigo 1.073, inciso I, da Lei nº 10.406/2002 (o "Código Civil"), a se reunirem em Reunião de Sócios a ser realizada no dia 13/12/2021, às 11h, na sede da Sociedade, localizada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Cardoso de Moraes, nº 96, sala 401, Bonsucesso, para (i) tomar as contas do administrador, o Sr. Francisco Ribeiro Faria, relativas aos exercícios sociais de 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020; (ii) deliberar sobre os balanços patrimoniais relativos aos exercícios sociais mencionados no item "(i)" da ordem do dia; e (iii) deliberar sobre os demonstrativos de resultado econômico relativos aos exercícios sociais mencionados no item "(i)" da ordem do dia. Considerada a transgressão, pela administração da Sociedade, do prazo para realização da Reunião de Sócios em caráter ordinário, conforme determina o artigo 1.078 do Código Civil, deve o Sr. Francisco Ribeiro Faria, único administrador da Sociedade, disponibilizar aos sócios que não exerçam a administração, por escrito e com a prova do respectivo recebimento, até o dia 08/12/2021, os documentos relativos às matérias constantes da ordem do dia, bem como outras informações relevantes para o exercício do direito de voto na Reunião de Sócios. Rio de Janeiro, 03/12/2021. **Luciana Ribeiro Faria** - Sócia. (03, 06 e 07/12/2021)

UNIODONTO DO RIO DE JANEIRO COOPERATIVA ODONTOLÓGICA LTDA. ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE COOPERADOS EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente da Uniodonto do Rio de Janeiro Cooperativa Odontológica Ltda., no uso de suas atribuições, de acordo com o artigo 19 do Estatuto Social da Cooperativa, convoca todos os Cooperados em dia com suas obrigações com a Cooperativa para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia 14 de dezembro de 2021, na sede da Cooperativa, localizada na Avenida Passos, nº 120, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, em primeira convocação com 2/3 (dois terços) dos cooperados, às 11h; em segunda convocação com 1/2 (metade) mais 1 (um) dos cooperados, às 12h; e, em terceira convocação com o mínimo de 10 (dez) cooperados, às 13h; para deliberarem sobre o seguinte: Ordem do Dia: 1- Prestação de Contas do exercício de 2020, compreendendo o Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial, Demonstrativo de Sobras ou Perdas e Parecer do Conselho Fiscal; 2- Destinação das sobras apuradas ou rateio das perdas; 3- Plano de Trabalho do exercício em curso; 4- Eleição dos membros do Conselho Fiscal; 5- Eleição do Delegado e seus suplentes junto a FERJES e a Uniodonto do Brasil. A entrada somente será permitida mediante apresentação do Comprovante de Vacinação contra Covid-19. O uso de máscara será obrigatório. Declara-se que o número de cooperados em pleno gozo de seus direitos sociais é de 146.

Rio de Janeiro, 02 de dezembro de 2021

Werther Antonio Lima Fidalgo

Presidente

Nota

BOLSONARO REGULAMENTA AUXÍLIO GÁS E PROGRAMA ALIMENTA BRASIL

O presidente Jair Bolsonaro editou ontem decreto que regulamenta a Lei 14.237/21, que institui o auxílio gás. O texto detalha regras necessárias à operacionalização do programa, destinado a atenuar o efeito do preço do gás liquefeito de petróleo (GLP) no orçamento de famílias de baixa renda. O auxílio será concedido às famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) cuja renda familiar mensal per capita for igual ou inferior a meio salário mínimo e às famílias que tenham, entre seus membros, quem receba o Benefício de Prestação Continuada

DocuSigned by:

AUTÊNTICO
diário
Ação 3

6BF787B5695F4B6...

DS

AUTENTICIDADE GARANTIDA
ao fazer o download em nosso site
www.diariodiconcista.com.br

Cardeal Tempesta



Orani João Tempesta, O.Cist
Arcebispo do Rio de Janeiro

Eu sou a voz que clama no deserto

Estamos no segundo domingo do Advento e caminhando na Campanha para a Evangelização – ide, sem medo, para servir. Advento! Tempo de se preparar para acolher o Senhor que vem, veio e virá! Por mais escuro que esteja o horizonte à nossa frente, precisamos acreditar que dias melhores virão, pois Deus é fiel e não abandona seu povo. Nesse segundo domingo do Advento, São João Batista aparece como uma voz no deserto, fazendo um apelo à conversão, para preparar o caminho do Senhor! João Batista define-se como uma “voz que clama no deserto: preparei o caminho do Senhor, endireitei as suas veredas” (Lc 3,4). Esta voz proclama a palavra, mas em tal caso a Palavra de Deus precede, enquanto é ela mesma que desce sobre João, filho de Zacarias, no deserto (Lc 3,2). Portanto, ele tem um grande papel a desempenhar, mas sempre em função de Cristo. Santo Agostinho comenta: “João é a voz. Do Senhor, ao contrário, afirma-se: “No princípio era o Verbo” (Jo 1,1).

“João é a voz que passa, Cristo é a Palavra eterna que era no princípio. Se à voz tirarmos a palavra, o que permanece? Um som vago. A voz sem palavra atinge o ouvido, mas não edifica o coração”. Quanto a nós, hoje temos a tarefa de ouvir aquela voz para conceder a Jesus, Palavra que nos salva, espaço e acolhimento no coração. Neste Tempo de Advento, preparemo-nos para ver, com os olhos da fé, na Gruta humilde de Belém, a salvação de Deus (Lc 3, 6). Na linda pregação de João Batista (Lc 3, 1-6), acodem-me à mente as palavras do Profeta Isaías: “Uma voz exclama: abri no deserto um caminho para o Senhor [...]. Que todo vale seja aterrado, que toda montanha e colina sejam abaixadas... Subi a uma alta montanha, para anunciar a boa nova a Sião. Elevei com força a voz...; diizei às cidades de Judá: ‘Eis o vosso Deus!’” (Is 40, 1-5,9-11).

João Batista nos oferece um esplêndido exemplo de proclamação do Evangelho. O que o Batista compreendeu a respeito de Jesus é que se trata de alguém de que ele não é sequer digno de aproximar-se para desatar-lhe as sandálias; que é “o mais forte”, aquele que batizará no Espírito Santo e que desafiará, por assim dizer, o mundo a ferro e fogo! João Batista teve a capacidade de fazer sentir Cristo “perto”, às portas (Jo 1,26), como alguém que está “no meio” dos homens e não como uma abstração mental; como alguém que já tem na mão a pá (Mt 3,12) e se apresenta para atuar o juízo, por isso não há mais tempo a perder. A força de seu anúncio estava em sua humildade (Jo 3,30): Importa que ele cresça e eu diminua, em sua austeridade e em sua coerência.

Necessitamos de anúncios inspirados e corajosos, como os de Isaías e de João Batista. Diante deles o mundo não poderia ficar insensível, como acontece quando se fala de Jesus Cristo só com sabedoria de palavras, com livros que não acabam mais, mas sem a força e sem a coerência de vida.

Toda a essência da vida de João, desde o seio materno, esteve subordinada à essa missão! João Batista se entrega totalmente nessa missão, dedicando-se a ela, não por gosto pessoal, mas por ter sido concebido para isso. E vai realizar a sua missão até o fim, até dar a vida, no cumprimento da sua vocação. Foram muitos os que conheceram Jesus graças ao trabalho apostólico do Batista. Os primeiros discípulos seguiram Jesus por indicação expressa dele e muitos outros se prepararam interiormente para segui-lo, graças à sua pregação.

É bela a vocação de João Batista! A vocação abarca a vida inteira e leva a fazer girar tudo em torno da missão divina. Cada homem, no seu lugar e dentro das suas próprias circunstâncias, tem uma vocação dada por Deus — para que ela se cumpra, dependem outras coisas queridas pela vontade divina! “Eu sou a voz que clama no deserto!” João Batista não é mais do que a voz, a voz que anuncia Jesus. Essa é a sua missão, a sua vida, a sua personalidade. Todo o seu ser está definido em função de Jesus, como teria que acontecer na nossa vida, na vida de qualquer cristão. O importante da nossa vida é Jesus! A medida que Cristo vai se manifestando, João procura ficar em segundo plano, ir desaparecendo. Dizia São Gregório: “João Batista perseverou na santidade porque se conservou humilde no seu coração”.

Como precursor, indica-nos o caminho que devemos seguir! Na ação apostólica pessoal — enquanto preparamos os nossos amigos para que encontrem o Senhor —, devemos procurar não ser o centro. O importante é que Cristo seja anunciado, conhecido e amado. Sem humildade, não poderíamos aproximar os nossos amigos de Deus. E então a nossa vida ficaria vazia. Não somos apenas precursores! Somos também testemunhas de Cristo. Recebemos, com a graça batismal e a Crisma, o honroso dever de confessar a fé em Cristo, com as nossas ações e com a nossa palavra. Que tipo de testemunhas nós somos? Como é o nosso testemunho cristão entre os nossos colegas, na família?

Temos que dar testemunho e, ao mesmo tempo, apontar aos outros o caminho. “Também conduzir-nos de tal maneira que, ao ver-nos, os outros possam dizer: este é cristão porque não odeia, porque sabe compreender, porque não é fanático, porque está acima dos instintos, porque é sacrificado, porque manifesta sentimento de paz, porque ama” (É Cristo que passa, nº 122).

Nesse Tempo do Advento, encontramos muitas pessoas olhando em outra direção, de onde não virá ninguém; ou onde outros estão debruçados sobre os bens materiais, como se fossem o seu último fim. Mas eles jamais satisfarão o seu coração! Cabe a nós apontar-lhes o caminho. A todos! Diz-nos Santo Agostinho: “Sabeis o que cada um de nós tem que fazer em casa, com o amigo, com o vizinho, com os dependentes, com o superior, com o inferior. Não queirais, pois, viver tranquilos até conquistá-los para Cristo, porque vós fostes conquistados por Cristo”.

A nossa família, os amigos, os colegas de trabalho, as pessoas que vemos com frequência, devem ser os primeiros a beneficiar-se do nosso amor por Deus. Com o exemplo e com a oração, devemos chegar até mesmo àqueles com quem não temos ocasião de falar habitualmente, porém, não devemos nos esquecer que é a graça de Deus, não as nossas forças humanas, que consegue levar as almas ao Senhor!

FDTE

Prefeitura contrata 12 vezes a mesma entidade sem licitação

ARTUR RODRIGUES/FOLHAPRESS

A Prefeitura de São Paulo fechou ao menos 12 contratos sem licitação com a mesma fundação da área de engenharia, a FDTE (Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia). Todos se referem a períodos a partir de 2018, e seus valores somados ultrapassam R\$ 22 milhões.

Os contratos com a FDTE entraram no radar do Ministério Público, que apontou indícios de ilegalidades em duas contratações feitas pela prefeitura com dispensa de licitação. Os contratos também vêm sendo questionados por políticos da oposição, de partidos como PT e PSOL.

De acordo com dados do Diário Oficial, a FDTE havia sido contratada apenas uma vez na gestão de Fernando Haddad (PT), outra na de Gilberto Kassab (PSD) e uma terceira sob José Serra (PSDB).

Desde que João Doria (PSDB) assumiu a prefeitura, em 2017, houve ao menos 13 contratos com a FDTE, ainda segundo os dados do Diário Oficial. A reportagem localizou apenas um feito com licitação. Doria foi sucedido por dois prefeitos do mesmo grupo político: Bruno Covas (PSDB), que morreu em maio deste ano, e depois por Ricardo Nunes (MDB).

A FDTE é uma entidade que reúne diversos docentes da Escola Politécnica da USP. Atua na área de projetos de engenharia civil e da computação.

Neste ano, a Justiça suspendeu um contrato sem licitação com a entidade no valor de R\$ 3,5 milhões. A contratação era para prestação de serviços técnicos em apoio à revisão do Plano Diretor — sem ela, a prefeitura resolveu adiar a revisão para o ano que vem.

Outra contratação que despertou suspeitas se relaciona com o contrato de R\$ 430,2 mil para o planejamento de eventos

de grande porte na capital paulista, como o Carnaval de rua. Conforme o jornal Folha de S.Paulo revelou, o ex-assessor de programação cultural Ronaldo Bitello aparece como beneficiário do contrato.

Para o promotor Marcus Vinícius dos Santos, há indícios de improbidade administrativa nos casos.

A Secretaria Municipal das Subprefeituras é a que mais recorre à FDTE, tendo fechado nove dos contratos da fundação com a administração municipal. Parte importante dos valores tem a ver com monitoramento da pavimentação da cidade. O projeto utiliza sensores colocados em veículos para verificar a situação do asfalto.

“É um conjunto de três projetos para que chegasse ao que a gente tem hoje, que é andar 170 mil km com Uber, táxi, veículo próprio para a gente monitorar 88,4% da malha viária do município”, diz Flavio Leal Maranhão, pesquisador da FDTE que coordena alguns dos projetos em parceria com a prefeitura.

Ele argumenta que a forma de contratação adotada se deve, entre outros motivos, à característica da fundação de unir profissionais multidisciplinares e ligados à academia.

“São alternativas que a lei permite de contratar institutos e fundações ligadas a pesquisas e desenvolvimento, ligadas a instituições de ensino. E aí existe um processo de não necessidade de pregão, atendendo à legislação com justificativa e provas claras. Em todos os trabalhos que fazemos tem mestrandos envolvidos, doutorandos envolvidos.”

Sobre o projeto envolvendo o ex-assessor Ronaldo Bitello, ele afirmou que havia necessidade da presença de alguém que já tivesse organizado desfiles de Carnaval antes. Diz também que os valores repassados a ele são apenas uma parte pequena do contrato.

A respeito do projeto relacio-

nado ao Plano Diretor, ele afirma que a fundação tem acervo técnico e já fez projeto relacionado ao tema. Este projeto específico tem como integrante o ex-secretário de Desenvolvimento Urbano da gestão Kassab, Miguel Bucalem.

A Secretaria da Pessoa com Deficiência também tem dois projetos para desenvolvimento de serviços digitais de plataforma para divulgar dados estatísticos relacionados a essa parcela da população.

Para o professor de direito administrativo Carlos Roberto Marques, da Universidade Candido Mendes, a lei prevê a possibilidade de contratação sem licitação, mas é necessário que haja justificativas plausíveis para cada um dos contratos.

“A fundação preenche os requisitos, desenvolve atividades na área de tecnologia, ciência, pesquisa. Tem que observar as formalidades e entender por que foram tantos contratos firmados só com ela”, diz.

Em ao menos um dos casos, o relacionado ao Plano Diretor, o posicionamento judicial até o momento foi o de que havia a previsibilidade deste tipo de serviço e, por isso, a licitação deveria ter sido feita.

O assunto também chamou a atenção do vereador Antonio Donato, do PT, que questionou o TCM (Tribunal de Contas do Município) sobre as contratações sem licitação. Ele classificou como estranha a escolha da mesma entidade para assuntos tão diferentes.

Segundo o vereador, o TCM abriu procedimento sobre o assunto, mas não enviou resposta ainda.

A gestão Ricardo Nunes afirmou à reportagem que todas as contratações seguem a legislação. As pastas de Subprefeituras e da Pessoa com Deficiência também afirmaram seguir os ritos da lei.

“[A lei] prevê, entre as modalidades possíveis para contrata-

ção por órgãos públicos, a dispensa de licitação em determinados casos, entre eles, quando envolver instituição de pesquisa sem fins lucrativos, exatamente o caso da Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia, ligada à Escola Politécnica da Universidade de São Paulo”, diz nota da prefeitura.

A administração afirma que as contratações sem licitação são exceções e que os 12 contratos citados “representam menos de 0,0001% de todos os firmados pelo município desde 2018”. Anualmente, são cadastrados cerca de 35 mil novos contratos no Sistema de Orçamento e Finanças (SOF) e esse número mostra que não há grande quantidade de contratos com dispensa de licitação.

Além disso, a prefeitura diz que a parceria com “a FDTE, bem como diversas outras instituições ligadas a renomados centros universitários, representa importante contribuição nas políticas públicas desenvolvidas pelo município, pois permite ao poder público prestar à população serviços baseados na expertise da academia”.

Sobre o contrato relacionado ao Plano Diretor, a Secretaria de Urbanismo afirmou que foi realizada consulta a entidades da mesma natureza e escolhida a de menor preço.

A FDTE enviou parecer à reportagem feito pelo professor Floriano de Azevedo Marques Neto, titular da Faculdade de Direito da USP, afirmando que a fundação preenche as condições para a contratação direta.

“Como a FDTE é uma instituição sem fins lucrativos, com reconhecida reputação ético-profissional e autorizada, pelo seu estatuto social, a celebrar contratos com o poder público para promover a pesquisa e o desenvolvimento institucional, ela preenche os três requisitos subjetivos para ser contratada diretamente pelo poder público”, diz o documento.

COVID-19

Prefeito cancela festa de réveillon na capital paulista

VALTER CAMPANATO/ABRASIL



O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes, informou ontem que a tradicional festa de réveillon realizada na Avenida Paulista será cancelada. “O que pesou muito foi a questão da nova variante Ômicron”, disse. O anúncio foi feito em coletiva de imprensa em Nova York.

A cidade de São Paulo decidiu também pela continuidade da obrigatoriedade do uso de máscaras em ambiente aberto. Segundo o prefeito, um estudo realizado pela Vigilância Sanitária municipal analisou os efeitos da chegada da nova variante na cidade e estabeleceu que o momento atual é de cautela.

O governo do estado de São Paulo optou pela mesma decisão em relação às máscaras.

Com relação ao carnaval, o prefeito disse que haverá tempo para a melhor tomada de decisão.

4 MESES

O governo de São Paulo anunciou ontem que vai reduzir de cinco para quatro meses o intervalo da dose de reforço da vacina contra Covid. A decisão ocorreu por conta do surgimento da variante Ômicron e a proximidade com as festas de fim de ano.

A antecipação vale para quem tomou as duas doses de Coronavac, AstraZeneca e Pfizer, com qualquer idade.

Segundo o estado, 10 milhões de pessoas, que se vacinaram nos meses de julho e agosto, já podem receber a dose extra. O intervalo de quatro meses é con-

tado a partir da data de aplicação da segunda dose.

O governo do estado informou que o início da aplicação da dose de reforço com intervalo reduzido será definido de acordo com o calendário de cada município, mas diz recomendar a adaptação à nova regra o quanto antes.

A Prefeitura de São Paulo informou que a partir de hoje inicia a aplicação das doses de reforço para pessoas com mais de 18 anos que tomaram a segunda dose há pelo menos quatro meses.

“Nós fizemos nota técnica ontem [quarta-feira] solicitando a antecipação à Anvisa e ao governo do estado. O estado nos liberou hoje pela manhã. Estamos soltando nosso instrutivo então, a partir de amanhã (hoje) a gente inicia a aplicação da terceira dose com quatro meses”, disse Edson Aparecido, secretário municipal de Saúde da capital.

Na cidade de São Paulo, o

imunizante da Pfizer tem sido usado para a dose de reforço, independentemente de qual vacina a pessoa recebeu nas duas primeiras doses.

A decisão da prefeitura segue recomendação do Ministério da Saúde, que orienta usar “preferencialmente” imunizantes da plataforma de RNA mensageiro, como o da Pfizer.

O temor da possibilidade de aumento de casos após a confirmação de pessoas infectadas com a variante ômicron levou o governo paulista a também reuvar nesta quinta na liberação do uso de máscaras em ambientes externos.

O governador João Doria (PSDB) havia anunciado na última semana que o uso não seria mais obrigatório ao ar livre a partir de 11 de dezembro.

Segundo o governo paulista, a antecipação da dose de reforço também leva em consideração

que São Paulo é uma das principais portas de entrada do país, via portos e aeroportos.

“O estado tem hoje condições logísticas e técnicas de ampliar a vacinação e reduzir o intervalo de aplicação das doses para que todos possam estar ainda mais protegidos. Vale ressaltar também a necessidade de quem não tomou ainda a segunda dose retornar aos postos de saúde para se imunizar”, disse o secretário de Saúde, Jean Gorinchteyn.

Quem tomou a dose única da Janssen poderá receber a dose adicional do mesmo imunizante com intervalo a partir de 2 meses. No entanto, o governo paulista diz não ter doses desse produto por falta de entrega do Ministério da Saúde e informa que está aplicando dose adicional da Pfizer.

Na cidade de São Paulo, a ação para os imunizados com Janssen começou na terça-feira. As medidas de antecipação do reforço adotadas por São Paulo não devem ser, porém, seguidas pelo governo federal.

Nesta quinta, membros do Ministério da Saúde informaram que atualmente a pasta não pretende recomendar a redução do intervalo de doses de cinco para quatro meses.

A diretriz tem sido modificada com base em dados internacionais e estudos de efetividade realizados no Brasil. Até o momento, dizem esses integrantes da pasta, não há benefícios comprovados dessa redução.

NEGACIONISMO

Bolsonaro ataca exigência de passaporte de vacina

MATEUS VARGAS E MARIANNA HOLANDA/FOLHAPRESS

O presidente Jair Bolsonaro (PL) disse ontem que órgãos que cobram apresentação de certificado da vacinação contra a Covid estão "extrapolando".

"Entendo que aquelas autoridades, outras, que estão exigindo o passaporte vacinal, calcadas numa lei de fevereiro do ano passado, onde não existia vacina ainda, estão extrapolando", disse o presidente em evento no Palácio do Planalto.

Bolsonaro não citou nomes dos órgãos que estão cobrando a vacinação. Alguns prefeitos e governadores fazem essa exigência para liberar a entrada em locais fechados, shows e outros eventos. A lei mencionada pelo presidente é a 13.979/2020, que determina que o governo pode adotar medidas restritivas em resposta à pandemia, como a vacinação e o controle de entrada de viajantes.

As declarações de Bolsonaro forma feitas durante evento sobre o auxílio que o governo irá conceder para famílias pobres comprarem gás de cozinha.

Desde o dia 12 de novembro o governo ignora pedido da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) de cobrar o

Ministério confirma cinco casos da variante Ômicron no Brasil

O Ministério da Saúde confirmou ontem cinco casos da variante Ômicron no Brasil - três em São Paulo e dois no Distrito Federal. São quatro homens e uma mulher, todos vacinados contra a Covid-19. Eles estão isolados e pelo menos um apresenta sintomas leves. A maioria está assintomática. De acordo com a pasta, há ainda oito casos da variante em investigação no país, sendo um em Minas Gerais, um no Rio de Janeiro e

seis no Distrito Federal.

"Hoje, temos uma situação sanitária bem mais equilibrada, mas lidamos com a imprevisibilidade biológica desse vírus, que sofre mutações. A vigilância em saúde está atenta e atuante pra que essas variantes sejam identificadas e pra que se avalie o potencial dessa variante complicar o cenário pandêmico", disse o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga.

passaporte da vacina de quem entra no Brasil, como revelou o jornal Folha de S.Paulo.

O TCU (Tribunal de Contas da União) também recomendou, na quarta-feira passada, que o governo cobre a vacinação de viajantes.

No mesmo evento, o presidente voltou a apostar no discurso negacionista e lançou dúvida sobre a segurança e eficácia das vacinas. "Não fazemos da vacina um cavalo de batalha para objetivar fins políticos lá na frente", disse.

A descoberta da variante Ômicron disparou o alerta de diversos países. O governo Bolsonaro decidiu barrar a entrada de

vijantes de seis países africanos: África do Sul, Botswana, Suazilândia (Eswatini), Lesoto, Namíbia e Zimbábue.

A Anvisa ainda pede para fechar a fronteira com outras quatro nações (Angola, Maláui, Moçambique e Zâmbia), mas o governo cobra mais dados antes de bater o martelo.

O presidente voltou a afirmar que o Brasil não suportaria novo "lockdown". "O vírus será para sempre, não podemos, nós não aguentaremos mais novo lockdown", declarou.

Apesar da fala de Bolsonaro, o Brasil não fez lockdown, o confinamento radical para com-

bater a transmissão do coronavírus, durante a pandemia. Nesse tipo de intervenção, a população tem a mobilidade muito reduzida por um período determinado, como estratégia para conter a disseminação.

Em entrevista à Folha de S.Paulo na última sexta, o presidente da Anvisa, Antonio Barra Torres, defendeu a cobrança da vacinação nas fronteiras. Ele disse que a medida ainda evitaria o turismo antivacina no Brasil, uma vez que, para escapar de barreiras impostas em outras nações, pessoas não vacinadas podem enxergar o país como um destino favorável.

CASO JBS

Fachin arquiva inquérito contra Braga e ministro do TCU

MATEUS TEIXEIRA/FOLHAPRESS

O ministro Edson Fachin, do STF (Supremo Tribunal Federal), arquivou o inquérito que apurava supostos repasses ilícitos feitos pela empresa JBS ao senador Eduardo Braga (MDB-AM), ao ministro Vital do Rêgo, do TCU (Tribunal de Contas da União), e ao ex-deputado Paulo Bornhausen (PSB-SC).

O magistrado atendeu pedido da PGR (Procuradoria-Geral da República), que afirmou que não foram identificados elementos suficientes contra os três políticos.

Quando há parecer da Procuradoria nesse sentido, é praxe que o ministro acolha a manifestação.

O inquérito havia sido aberto com base nas delações do ex-presidente da Transpe-

tro Sérgio Machado e do diretor da JBS Ricardo Saud.

Ambos afirmaram que a empresa frigorífica fez repasses a políticos do MDB na casa dos R\$ 40 milhões para garantir a aliança com o PT nas eleições de 2014. Na época, Rêgo, atualmente ministro do TCU, era senador pelo MDB.

Na decisão, Fachin observou que medidas investigativas que poderiam ajudar a elucidar os fatos não foram levadas a efeito, mas disse que o arquivamento é a única saída para respeitar os direitos dos investigados.

"Ao menos nos pontos analisados pela Procuradoria-Geral da República, resulta inviável prosseguir no caminho investigativo com esteio apenas na palavra de colaboradores destituída de elemento de corroboração", disse.

MEIO AMBIENTE

Óleo que atingiu praias veio de petroleiro grego

VLADIMIR PLATONOW/ABRASIL

As manchas de óleo que apareceram em centenas de praias brasileiras entre agosto de 2019 e março de 2020 vieram de um petroleiro grego. A conclusão foi divulgada ontem pela Polícia Federal (PF).

Segundo a PF, foram encontradas manchas de óleo em mais de mil localidades, em 11 estados litorâneos. Apenas os custos arcados pelos poderes públicos federal, estadual e municipal para a limpeza de praias e oceano foram estimados em mais de R\$ 188 milhões, estabelecendo-se assim um valor inicial e mínimo para o dano ambiental.

"A Polícia Federal, a partir das provas e demais elementos de convicção produzidos, concluiu existirem indícios suficientes de que um navio petroleiro de bandeira grega teria sido o responsável pelo lançamento da substância oleagínosa que atingiu o litoral brasileiro. Foram indiciadas pela prática dos crimes de poluição, descumprimento de obrigação ambiental e dano a unidades de conservação a respectiva empresa e seus responsáveis legais, bem como o comandante e o chefe de máquinas do navio", afirmou a PF em nota.

O valor total do dano ambiental está sendo apurado pela perícia da PF, que deverá encaminhar com brevidade o respectivo laudo às autoridades competentes. O inquérito

policial relatado segue agora para o poder judiciário federal no Rio Grande do Norte e o Ministério Público Federal (MPF), para análise e adoção das medidas cabíveis.

INVESTIGAÇÕES

As investigações, realizadas em parceria com diversos órgãos e instituições nacionais e internacionais, foram centradas em três frentes. A primeira diz respeito à investigação das características da substância, por meio de análises químicas que buscaram determinar o tipo de material que chegou à costa brasileira, suas características e, especialmente, sua procedência, se nacional ou estrangeira, e qual país.

"Isso se fazia necessário, uma vez que surgiram diversas teorias sobre a origem do material (vazamento de oleodutos, plataformas ou reservas naturais, navios em trânsito ou naufragados, costa da África etc.)", explicou a PF.

A segunda frente diz respeito ao local exato onde ocorreu o vazamento/lançamento do óleo, na qual priorizou-se o uso de técnicas de geointeligência, que incluem imagens de satélite e modelos e simulações realizadas por softwares específicos. A terceira foi realizada com base em dados, documentos e informações que pudessem esclarecer os fatos, por meio de cooperação nacional e internacional, inclusive com apoio da Interpol.

INTERFERÊNCIA NA PF

Moraes rejeita pedido de Moro e mantém depoimento de Bolsonaro

MATEUS TEIXEIRA/FOLHAPRESS

O ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), rejeitou um pedido do ex-juiz Sergio Moro e manteve a validade do depoimento prestado pelo presidente Jair Bolsonaro no inquérito que apura se ele tentou violar a autonomia da Polícia Federal.

Os advogados de Moro contestaram o fato de não terem participado da oitiva do chefe do Executivo. Moraes, no entanto, afirmou que o formato do depoimento não prejudicou as apurações em curso.

"Destaque-se, ainda, ausência de qualquer prejuízo à inves-

tigação, conforme manifestação da Procuradoria-Geral da República, destinatária da prova colhida nestes autos", disse.

E prosseguiu: "O Ministério Público Federal, titular da ação penal pública e destinatário da prova colhida, não vislumbrou qualquer irregularidade no procedimento adotado pela autoridade policial para a oitiva do Presidente da República nestes autos, de modo que o inconformismo manifestado, além de temporâneo, não merece êxito".

O inquérito em questão foi aberto após Sergio Moro pedir demissão do governo federal sob o argumento de que teria se negado a aceitar uma interfe-

rência política desejada por Bolsonaro na PF.

No depoimento realizado no início do mês, o presidente afirmou que Moro condicionou uma troca no comando da PF à sua indicação para uma vaga de ministro do STF.

Bolsonaro é suspeito de interferir na cúpula da PF para proteger parentes e aliados. O chefe do Executivo, porém, negou interferência na corporação e afirmou que trocou seu comando por uma questão de diálogo.

"Nunca teve como intenção, com a alteração da direção geral (da PF), obter informações privilegiadas de investigações sigilosas ou de interferir no trabalho

de Polícia Judiciária ou obtenção diretamente de relatórios produzidos pela Polícia Federal", afirmou o presidente, segundo transcrição da PF.

Ele disse que Moro teria concordado com a nomeação do delegado Alexandre Ramagem, atualmente na direção da Abin (Agência Brasileira de Inteligência), para o comando da PF desde que isso ocorresse após sua indicação para vaga de ministro do STF.

As declarações do presidente ocorreram a uma semana da anunciada filiação do ex-ministro ao Podemos. Ele é apontado como pré-candidato à Presidência em 2022.

MÚSICO EVALDO

Advogado de Flávio assume caso de militares

O advogado Rodrigo Roca, um dos que representam o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) no caso da "rachadinha", assumiu a defesa dos oito militares condenados pelo homicídio do músico Evaldo dos Santos Rosa e do catador de material reciclável Luciano Macedo, mortos após o disparo de mais de 200 tiros em abril de 2019.

Roca vai buscar anular o julgamento dos militares por ver ilegalidades durante a sessão que os condenou.

O advogado tem forte ligação com oficiais do Exército, tendo defendido militares acusados de crimes durante a ditadura militar. Entre eles, o general reformado José Antônio Nogueira Belham, cuja mulher, Maria de Fátima Belham, trabalhou como assessora do presidente Jair Bolsonaro na Câmara dos Deputados.

STF

Bolsonaro mantém pressão sobre ministros que indicou

MARIANNA HOLANDA E MATEUS VARGAS/FOLHAPRESS

O presidente Jair Bolsonaro (PL) disse ontem que os dois nomes indicados por ele ao STF (Supremo Tribunal Federal), Kassio Nunes Marques e André Mendonça, representam 20% do que gostariam de ver decidido na corte.

"Não mando nos dois votos do Supremo, mas são dois ministros que representam, em tese, 20% daquilo que gostaríamos que fosse decidido e votado no STF", disse Bolsonaro, durante cerimônia do lançamento do auxílio-gás no Palácio do Planalto.

Em novembro, o chefe do Executivo disse que tinha 10% dele dentro do STF devido à presença do ministro Kassio. O Supremo é composto por 11 integrantes -Mendonça ocupará a vaga de Marco Aurélio, que se aposentou compulsoriamente em julho por completar 75 anos.

Nesta quinta, Bolsonaro disse que os dois ministros indicados

por ele representarão uma "renovação" na corte. Sem citar nomes, afirmou que "alguns acham que são eternos, [mas] ninguém é eterno".

"Graças a Deus nós conseguimos enviar não para o Supremo, mas em um primeiro momento para o Senado Federal, e foram aprovados, dois nomes, duas pessoas que marcam também a renovação do Supremo. Renova-se o Executivo, o Legislativo, e o Supremo também é renovável", disse.

A declaração do presidente ocorreu logo após ele receber Mendonça em seu gabinete, ao lado do vice-presidente Hamilton Mourão, e gravar um vídeo em que fala da indicação do nome que ele define como "terivelmente evangélico".

O ex-advogado-geral da União chegou pela manhã ao Planalto, quando Bolsonaro ainda estava no Rio de Janeiro. Disse a jornalistas no local que havia ido para dar um abraço no presidente, quando fora informado de sua ausência.

A posse do novo ministro do Supremo foi marcada para 16 de dezembro, véspera do recesso do Judiciário. Integrantes do Congresso e do STF adotam cautela quanto à postura do novo ministro na corte, e o Planalto aposta numa melhora do diálogo.

Na quarta-feira, Mendonça foi aprovado no Senado por 47 favoráveis -o menor número registrado de apoios dentre as votações que levaram os ministros atuais para o STF.

O ex-ministro da Justiça aguardou quase cinco meses para ser sabatinado na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), onde enfrentou resistência do presidente do colegiado, senador Davi Alcolumbre (DEM-AP).

Apesar dos elogios e da celebração de Bolsonaro, não foi o governo o principal fiador de Mendonça no Senado. Ele contou com o apoio sobretudo de líderes evangélicos, que pressionaram parlamentares, em especial Alcolumbre, para garantir a análise do segundo indicado do chefe do Executivo.

INFLUENZA

Rio monta estrutura extra para atender casos de gripe

CRISTINA INDIO DO BRASIL/ABRASIL

Dados da Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro (SES) indicam que, na última semana, houve um aumento de 429% no número de atendimentos por síndrome gripal nas Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) estaduais, sendo a maior parte em adultos. Os atendimentos aumentaram de uma média de 189 por dia, no período de 16 a 21 de novembro, para 1 mil diários no período de 22 a 28 de novembro.

Por isso, a secretaria reforçou a importância da imunização contra a Influenza A especialmente dos grupos prioritários, que são as crianças de 6 meses a menores de 6 anos; as gestantes; as puérperas, mulheres que deram à luz há menos de 45 dias; e as pessoas com comorbidades, comprometimento do sistema imunológico e com 60 anos ou mais. Diante desse quadro, a secretaria montou uma nova etapa do plano de contingência para enfrentamento ao surto de influenza A no estado, que vai começar a funcionar hoje.

TENDAS

As Unidades de Pronto Atendimento do estado vão receber tendas de atendimento a pacientes com síndrome gripal. As primeiras foram instaladas na UPA Marechal Hermes, na zona norte do Rio, e terão um serviço de triagem e dois consultórios médicos para atendimento exclusivo desses casos.

A estrutura foi criada para atender o aumento de demanda de pacientes que chegam a toda hora em busca de atendimento na rede pública tanto do estado como da capital.

O secretário de Estado de Saúde, Alexandre Chieppa, disse que o formato já foi utilizado com sucesso pela secretaria durante o surto de H1N1, em 2009, e nas epidemias de

dengue, zika e chikungunya. "Ele permite agilizar o atendimento dos pacientes e fazer uma triagem dos casos leves, que são a maioria, para que possamos dar maior atenção a casos mais graves. Acreditamos que esse processo vai diminuir o tempo de atendimento e as filas de espera nas UPAs", disse.

De acordo com a SES, as estruturas, mundialmente são chamadas de hospital de campanha, são fechadas, climatizadas, e pertencem há mais de dez anos à Secretaria de Estado de Saúde. Por isso, segundo a pasta, "a medida não vai gerar custos extras".

Os pacientes que chegarem à unidade com sintomas de gripe serão os primeiros a ter atendimento em uma tenda de acolhimento, para passar pela triagem.

Depois serão encaminhados para os consultórios médicos nos hospitais de campanha ou nas próprias UPAs. Mas se for necessário realizar exame e medicação, eles serão direcionados imediatamente para o interior das unidades.

Na zona norte, o esquema vai funcionar nas UPAs Marechal Hermes, Tijuca e Penha. Já na zona sul, será na UPA Botafogo. A intenção inicial da SES é continuar com essa estrutura de atendimento durante todo o mês de dezembro, mas o cronograma pode mudar conforme a evolução do surto da gripe.

O plano de contingência inclui também 11 equipes da SES e da Fundação Saúde que atuarão em rondas diárias em todas as UPAs e emergências hospitalares, para minimizar os impactos causados pela epidemia de influenza e reduzir o tempo de espera dos pacientes. "Essas visitas resultam em cinco relatórios diários, que são utilizados para avaliar o desempenho das unidades e a necessidade de reforço de profissionais", informou a SES em nota.

COVID-19

Alemanha fará lockdown parcial para não vacinados

A Alemanha anunciou ontem restrições para as pessoas que não se vacinaram contra a Covid-19. Na prática, quem não tiver se imunizado nem se recuperado recentemente da Covid-19 viverá em um regime de lockdown parcial.

De acordo com as medidas de restrição anunciadas, residentes da Alemanha que não foram imunizados só poderão ter acesso a estabelecimentos de serviços essenciais, como mercados, farmácias e padarias.

A decisão foi tomada em uma reunião entre o governo federal e as administrações estaduais, a última presidida por Angela Merkel, que no próximo dia 8 passará o bastão para o líder social-democrata e atual vice-chanceler alemão, Olaf Scholz.

A Alemanha vai estender o sistema conhecido como 2G - que permite acesso a locais de lazer apenas para vacinados ou recém-curados - para todo o território nacional. "Locais de cultura e lazer ficarão abertos apenas para vacinados ou curados", disse Merkel, acrescentando que a regra também valerá para o comércio não essencial. "A situação do nosso país é grave", explicou a chanceler, que classificou a nova medida como um "ato de solidariedade nacional".

A tensão para conter o avanço da pandemia já afetava o país com a aproximação do inverno e se agravou com a recém-descoberta variante do Ômicron novo coronavírus.

O Parlamento vai debater uma lei para tornar obrigatória a vacinação contra o novo coronavírus, medida já anunciada pela vizinha Áustria e que é defendida por Scholz.

Vivendo um período de transição de governo, o país enfrenta o pior momento da pandemia

EUA apertam exigências, e viajantes terão que fazer teste véspera de embarque

RAFAEL BALAGO/FOLHAPRESS

O presidente dos EUA, Joe Biden, anuncia novas medidas de combate ao coronavírus a serem adotadas pelo País, incluindo mudanças nos protocolos de entrada de viajantes internacionais.

Agora, será necessário apresentar um teste de Covid-19 com resultado negativo realizado na véspera de embarque. Atualmente, o exame pode ser feito até três dias antes da viagem.

A medida, que deve começar a valer na próxima semana, atinge todos os viajantes internacionais, que também precisarão estar completamente vacinados para entrar nos Estados Unidos.

Biden anunciou todas as medidas oficialmente na tarde desta quinta, mas parte delas foi antecipada à imprensa pela Casa Branca. O governo busca dar uma resposta em meio ao avanço da variante Ômicron, potencialmente mais contagiosa, que teve o primeiro caso registrado nos EUA na quarta-feira passada.

Para os viajantes, haverá também uma ampliação na exigência do uso de máscaras em aviões, trens e transporte público, até 18 de março de 2022. A multa mínima em caso de descumprimento da regra será de US\$ 500 (R\$ 2.817) e poderá chegar a US\$ 3.000 (R\$ 16,9 mil) em caso de reincidência.

Ao todo, o plano terá nove pontos, com destaque para a ampliação da distribuição de doses de reforço das vacinas. Elas serão oferecidas a todos os adultos e deverão ser tomadas seis meses após a segunda dose dos fármacos de Pfizer e Moderna, e dois meses depois da aplicação da dose única da Janssen. O reforço será oferecido em 80 mil pontos, e mais de 41 milhões de

pessoas já receberam a dose extra.

O governo também ampliará a vacinação de crianças a partir de cinco anos de idade, para dar mais segurança para as escolas permanecerem abertas - no país, 99% dos centros de ensino estão com aulas presenciais, segundo a Casa Branca. Há planos ainda para garantir que empresas continuem abertas e para a realização de campanhas para que mais empregadores cobrem a imunização de funcionários.

Biden também exigiu que os planos privados de saúde reembolsem todos os 150 milhões de clientes que pagam por esse serviço no país com 100% do custo de testes caseiros, segundo funcionários da Casa.

O governo também deve disponibilizar 50 milhões de testes gratuitos em clínicas rurais e centros de saúde para não segurados.

Para ajudar o tratamento de infectados pelo coronavírus, a administração do democrata terá equipes médicas de resposta rápida, a serem enviadas aos estados onde houver alta súbita de casos.

A Casa Branca promete ainda aumentar o acesso a medicamentos para tratar a Covid e garantir que novas drogas aprovadas cheguem rapidamente a todo o país. No cenário internacional, o governo Biden deve se comprometer a acelerar a doação de vacinas. Os EUA falam em fornecer 1,2 bilhão de doses a outras nações, sendo que 200 milhões seriam entregues nos próximos cem dias.

Há, também, a perspectiva de expandir a produção de imunizantes no exterior, bem como acelerar a adaptação de vacinas para a nova variante, caso seja necessário. Estudos ainda estão sendo feitos para aferir a capacidade dos imunizantes atuais de conterem a Ômicron.

em termos de novos casos. A taxa de vacinação é de pouco menos de 70% da população, se aproxima da média da União Europeia, mas é inferior a de países como Portugal e Irlanda.

De acordo com a Universidade de Johns Hopkins, a Alemanha é

o segundo país no mundo com mais contágios nos últimos 28 dias (1,3 milhão), atrás apenas dos Estados Unidos (2,4 milhão).

Já o número semanal de mortes - foram 1,83 mil óbitos na semana passada - é o mais alto desde o início de março. Virologistas atribuem a quarta onda de Covid, que se espalha na Europa e pode sobrecarregar as unidades de tratamento intensivo, à resistência de uma grande parcela da sociedade à vacinação. Eles também criticam políticos por agirem tarde demais.

BELARUS

KGB usou perfis falsos para inflamar crise na fronteira com UE

A empresa Meta, dona do Facebook, afirmou em relatório publicado na quarta-feira que a polícia secreta da ditadura da Belarus, a KGB, atuava em dezenas de perfis falsos na rede social com o objetivo de impulsionar a crise migratória que há meses se arrasta na fronteira do país com a União Europeia (UE). Mais de 40 contas foram removidas por esse motivo.

Os perfis falsos teriam sido usados para criticar o comportamento das autoridades da Polônia, país onde há o maior fluxo de migrantes, com informações falsas que incluíam denúncias de intimidação e uso da força por parte dos guardas poloneses na fronteira. As publicações eram feitas em inglês, polonês e curdo, diz o relatório da Meta.

Embora a real identidade das contas tenha sido ocultada, o documento afirma que foi possível encontrar relações com a KGB belarussa. Por outro lado, a Meta também aponta que 31 perfis falsos com origem na Polónia foram deletados por razões

semelhantes, ainda que não tenha sido possível vinculá-los ao governo do país.

As contas falsas alegavam estar compartilhando suas próprias experiências negativas ao tentarem cruzar a fronteira da Belarus para a Polónia e escreviam sobre as dificuldades dos imigrantes na Europa, segundo detalha o relatório. Postagens sobre medidas anti-imigração na Polónia e sobre grupos neonazistas também foram encontradas.

A UE acusa a ditadura da Belarus, liderada por Aleksandr Lukashenko, de empurrar migrantes em direção às fronteiras com a Lituânia, a Letônia e a Polónia - países-membros do bloco - como forma de vingança após sanções serem aplicadas ao país, conhecido por reprimir opositores e manifestações pela democracia. O ditador belaruso já admitiu, em diferentes manifestações públicas, que suas tropas incentivam migrantes a entrarem de forma ilegal na UE.

Grupos de direitos humanos

afirmam que pelo menos 13 pessoas morreram devido às precárias condições nos acampamentos improvisados na fronteira. Os locais começaram a ser esvaziados por soldados da Belarus em novembro, e os migrantes foram levados para armazéns na região. Autoridades da UE dizem que a situação melhorou com a medida, mas que ainda há de 8.000 a 10 mil migrantes na região.

O bloco europeu propôs nesta quarta um pacote polêmico com a justificativa de amenizar a situação nas fronteiras. O documento prevê que Letônia, Lituânia e Polónia tenham permissão para deter migrantes em centros de processamento de pedidos de asilo por até 16 semanas - o período permitido atualmente é de quatro semanas.

Organizações da sociedade civil, já críticas à maneira como a UE tem lidado com o fluxo migratório, afirmam que o bloco tem sido influenciado em excesso pelo partido nacionalista conservador no poder na Polónia, o Lei e Justi-

ças (PiS), e que as medidas anunciadas violam a lei de asilo internacional.

Twitter exclui perfis ligados a governos O Twitter também anunciou ontem que excluiu cerca de 3.500 contas que realizavam operações de propaganda de governos.

A maior parte das publicações divulgava o discurso oficial do Partido Comunista da China em relação à minoria muçulmana uiguir da região autônoma de Xinjiang, segundo a rede social. Cerca de 100 contas estavam vinculadas a uma empresa ligada ao governo da província.

Organizações internacionais afirmam que Pequim tem detido arbitrariamente pessoas uiguir e as submetido a práticas de trabalho forçado e doutrinação política em centenas de centros de detenção.

Outras contas excluídas da rede social estavam ligadas a autoridades de países como México, Rússia, Tanzânia, Uganda e Venezuela.

RJ registra recorde de aberturas de empresas em novembro

O Estado do Rio de Janeiro registrou, em novembro, mais um recorde no registro de aberturas de empresas. De acordo com dados da Junta Comercial do Estado (Jucerja), 5.699 novos negócios foram constituídos no período. Esse é o melhor número do mês dos últimos 20 anos, confirmando a retomada da economia fluminense e os esforços do governo Cláudio Castro (foto) em instituir um ambiente de negócios favorável no estado.

Esse é o décimo mês do ano em que a Jucerja, vinculada à Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais (SEDEERI), contabiliza recordes no registro de novos negócios no RJ. Até o momento, 60.533 empresas foram abertas no estado em 2021, número 21,5% maior do que todo o ano de 2020, de 49.792.

"Um dos compromissos que assumi em minha gestão foi o de recuperar as contas, melhorar o ambiente de negócios e tornar, novamente, o nosso estado atrativo economicamente. Os resultados estão sendo comprovados em números. E esse é só o início. Queremos desburocratizar cada vez mais os processos, realizar ainda mais investimentos e gerar empregos para os cidadãos fluminenses. Já recuperamos 100% dos empregos per-



ABRASIL

didados na pandemia e temos mais de R\$ 70 bilhões em investimentos anunciados pela iniciativa privada", destacou o governador Cláudio Castro.

Devido a mudanças no sistema de registro da Jucerja, atualmente o tempo médio para a abertura de uma empresa no Rio de Janeiro é de apenas 40 minutos, e o órgão busca tornar o processo ainda mais ágil.

O prazo considera desde o momento em que o empresário dá entrada no protocolo até o ato registrado, o CNPJ e a Inscrição Estadual deferidos. Neste ano, grandes empresas, como Magazine Luiza, União Química, Amazon e BRF, escolheram o Rio de Janeiro para se instalar. Por sua vez, companhias já sediadas no território fluminense estão ampliando suas produções, incluindo Jaguar Land Rover e Volkswagen.

Nota

FRANCISCO VOLTA A PEDIR QUE EUROPA ACOLHA REFUGIADOS

O Papa Francisco voltou a pedir ontem a umião dos povos e soluções para a crise migratória que afeta a Europa há anos. O local escolhido para proferir as declarações é simbólico: a ilha mediterrânea de Chipre, dividida em duas partes desde 1974 e porta de entrada para milhares de refugiados que tentam chegar às grandes potências do continente. Francisco chegou à ilha por volta das 10h, no horário de Brasília, e foi recebido na cidade de Larnaca, no sul do país, sob gritos de crianças da região. "Te amamos, Papa Francisco", diziam. Os cristãos representam 78%

da população cipriota, a grande maioria seguidora da Igreja Ortodoxa. Segundo a União Europeia, 18% do país é muçulmano e os outros 4% se dividem entre hindus, judeus e outras religiões. O pontífice foi à Catedral Maronita de Nossa Senhora da Graça, na capital Nicósia. Lá, encontrou-se com Béchara Rai, patriarca da igreja, que tem laços com o Vaticano e representa menos de 1% da população da ilha, mas é bastante presente no Líbano e na Síria - origem de muitos dos que tentam chegar à Europa. Na catedral, o papa pediu a umião dos povos e disse que, "para construir um futuro digno para o ser humano, é preciso trabalhar juntos, superar divisões, acabar com muros e cultivar o sonho da unidade".